

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15838 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

A ADESÃO DOS JORNAIS À LÓGICA CLASSIFICATÓRIA DO PISA (OCDE)

Natalia de Lacerda Gil - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

A ADESÃO DOS JORNAIS À LÓGICA CLASSIFICATÓRIA DO PISA (OCDE)

RESUMO: Neste trabalho, assume-se como foco investigativo a quantificação da qualidade em educação implicada no *Programme for International Student Assessment* (Pisa), um teste internacional padronizado para a avaliação do desempenho escolar de estudantes de 15 anos de idade realizado a cada três anos desde 2000 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Especificamente, apresenta-se o modo como os resultados dos países no Pisa têm repercutido na imprensa, que tende fortemente a aderir à reificação da qualidade em educação produzida por esse modo de quantificação e à lógica classificatória proposta pela OCDE. Para isso, foram analisadas as publicações sobre o Pisa em dois jornais entre 2000 e 2023: *Le Devoir* (publicado em Montreal, Canadá) e *Folha de S.Paulo* (publicado em São Paulo, Brasil).

PALAVRAS-CHAVE: QUALIDADE DO ENSINO. DESEMPENHO. IMPRENSA. OCDE. PISA.

A comparação entre o desempenho de países que assume como foco a educação não é um fenômeno novo. No século XIX, as exposições universais já incluíam informações sobre a instrução da população (Kuhlmann Junior, 1996). Nesses eventos, muitos aspectos não quantitativos interessavam à comparação, mas os números também compareciam para ajudar a expressar o contraste entre as nações. A missão civilizadora (Elias, 1993) posta em marcha por nações europeias em seu empreendimento colonial ao redor do mundo (Mignolo, 2020) dava grande centralidade ao domínio da escrita e da cultura originada na Europa. Tais elementos serviram, de par com a classificação racial, para hierarquizar os povos entre inferiores e superiores (Quijano, 2000; Veiga, 2022). Assim, a existência de escolas se apresentava como um dos ícones que atestavam quão civilizada era uma nação. No que se refere ao desempenho dos alunos, no entanto, não havia ainda nenhuma preocupação sistemática.

Entre as ações que deram continuidade ao intercâmbio entre nações no domínio da educação ao longo do século XX, merece destaque a criação da Unesco em 1945. Terminada a Segunda Guerra Mundial, o cenário sugeria a necessidade de fomentar a cooperação dos povos em busca de paz internacional e prosperidade. Considerava-se que a difusão de uma cultura comum – a ser obtida sobretudo pela expansão da escola elementar – era fundamental para permitir uma comunicação harmônica e garantir a paz. Fomentar a cooperação pressupunha a identificação de iniciativas ao redor do mundo que fossem consideradas bem sucedidas e pudessem servir de exemplo ao progresso dos países tidos como atrasados. Embora as estatísticas fossem frequentemente mobilizadas nos documentos da Unesco, mantinha-se o foco em números referentes à oferta de oportunidades escolares (quantidade de escolas, professores e matrículas) e ao fluxo dos alunos na trajetória escolar (taxas de aprovação e evasão). O debate sobre a qualidade era pouco sistemático e não se atrelava, ainda, aos processos de quantificação.

Em 1990, a partir da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, que aconteceu em Jomtien (Tailândia), ocorre uma mudança importante. Era a primeira vez que, ao lado da preocupação em estender a escola a todos os povos, enfatizava-se a defesa do direito às necessidades básicas de aprendizagem. O documento assumia como meta de equidade a garantia de um “padrão mínimo de qualidade da aprendizagem” para todos, compreendendo que as oportunidades educacionais só iriam se traduzir em “desenvolvimento efetivo” quando “as pessoas aprenderem de fato, ou seja, apreenderem conhecimentos úteis, habilidades de raciocínio, aptidões e valores” (Unesco, 1998, p. 4). Nesse ponto, o que se destaca é o fato de que atingir essa meta requeria a medição da aprendizagem, de modo que o documento apontava para o engajamento dos países para definir, “nos programas educacionais, os níveis desejáveis de aquisição de conhecimentos e implementar sistemas de avaliação de desempenho” (Unesco, 1998, p. 4).

Ao longo da década de 1990, vários países buscaram desenvolver formas de quantificação da aprendizagem em processos que não podem ser desconsiderados. No entanto, é evidente que a iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de criar um indicador internacional de qualidade do ensino em 2000 representou um importante ponto de virada nesse processo. Trata-se do *Programme for International Student Assessment* (Pisa), uma avaliação internacional, em larga escala, que busca quantificar a qualidade, a equidade e a eficiência dos sistemas escolares, com foco em leitura, matemática e ciências. A prova é aplicada a cada três anos em uma amostra de estudantes de 15 anos de países membros da OCDE e países e economias convidados.

De acordo com a OCDE, a prova “avalia quanto os estudantes próximos de concluir a educação obrigatória adquiriram de conhecimentos e habilidades essenciais para a plena participação nas sociedades modernas” (OECD, 2010, p. 18). A construção da prova se assenta na compreensão de que tais questões não incidiriam sobre a mera reprodução de conteúdos escolares; ao contrário, permitiriam aferir competências e habilidades adquiridas, com as quais os estudantes poderiam desempenhar adequadamente em contextos e desafios

externos à escola. Vários autores, no entanto, têm apontado os limites dessa crença (Guérin-Pace e Blum, 1999; Esteban, 2008; Affonso, 2009; Popkewitz, 2011; entre outros).

No primeiro ano de realização do Pisa, em 2000, participou das provas uma amostra de 265 mil estudantes de 32 países. Em 2022, foram 690 mil participantes representando aproximadamente 29 milhões de estudantes de 15 anos de 81 países e economias. Brasil e Canadá participaram em todas as edições.

Nos relatórios publicados pela OCDE no ano seguinte de realização das provas, constam detalhes sobre a execução de todo o processo, tabelas com os resultados hierarquizados por países, análises desses resultados e sugestões em termos de política educacional e orientação pedagógica. O cálculo que resulta na pontuação de cada país e economia segue uma distribuição estatística normal fixada em 500 pontos em torno dos quais cada país é posicionado em função da média de resultados de seus estudantes nas provas. Assim, “teoricamente, não há pontuação mínima ou máxima no Pisa; os resultados são escalonados para se ajustar a uma distribuição normal, com média em torno de 500 pontos e desvio padrão em 100 pontos” (OECD, 2018, p. 43).

A análise apresentada neste trabalho se refere à divulgação dos resultados do Pisa em dois jornais de circulação diária dirigidos a um grande público. Um dos jornais é a *Folha de S.Paulo*, criado em 1921, publicado desde então com regularidade no estado de São Paulo, no Brasil, lido pelas elites e reconhecido como um dos mais influentes jornais do país (Mota e Capelato, 1982). O outro jornal é o *Le Devoir*, criado em 1910, publicado em Montreal, no Canadá, lido pelas elites, é um dos jornais importantes da província do Quebec (Dumont-Blanchet, 2012).

A busca dos artigos foi feita em acervos digitalizados para o período compreendido entre 2000, ano de criação do Pisa, e 2023, ano anterior à realização do levantamento. No caso do jornal *Folha de S.Paulo*, a busca foi feita na base disponibilizada para os assinantes pelo próprio jornal, que contém todos os volumes digitalizados integralmente (correspondendo à forma impressa). A estratégia de busca foi associar os termos “Pisa” e “OCDE” e isso resultou em 202 ocorrências. Feita a triagem após a leitura de cada um dos títulos, a fim de excluir aqueles que não tivessem relação com a avaliação realizada pela OCDE, restaram 184 artigos. Entre eles, há desde chamadas curtas na primeira página, passando por textos de opinião e editoriais do jornal até reportagens detalhadas sobre a realização das provas e os resultados dos estudantes brasileiros.

Para o jornal *Le Devoir*, o recurso utilizado foi a busca na base de periódicos Eureka, que disponibiliza a transcrição de artigos de jornais quebequenses e canadenses. A estratégia de busca foi solicitar os artigos que apresentassem o termo “Pisa” no título ou na introdução, o que resultou em 96 ocorrências. Feita a triagem, restaram 94 artigos. Dada a característica do jornal, são menos recorrentes as reportagens e mais frequentes os artigos de opinião acerca da temática.

No que se refere à pesquisa científica em jornais, cabe destacar que, acompanhando a literatura especializada da área, na análise aqui empreendida considerou-se que os jornais são fontes relevantes para o conhecimento da sociedade e devem ser assumidos no equilíbrio entre suas possibilidades e seus limites (Martins, 2018). Nesse sentido, um cuidado essencial refere-se à compreensão de que, nos jornais, tanto os artigos de opinião quanto as reportagens e as notícias expressam ideias e posicionamentos dos grupos sociais que escrevem, financiam e/ou leem tais jornais. Isso significa assumir que, mesmo quando esses veículos de comunicação afirmam manter uma postura neutra diante dos fatos ou garantem abrir espaço para uma multiplicidade de posicionamentos, há predominância de alguns pontos de vista em detrimento de vários outros que circulam socialmente.

A análise dos artigos selecionados permitiu identificar que há mais semelhanças entre os dois jornais do que diferenças, ainda que os desempenhos do Brasil e do Canadá no Pisa sejam praticamente opostos. O Canadá esteve sempre entre as primeiras posições no *ranking* e o Brasil, sempre entre os últimos. Uma das semelhanças é justamente o fato que em ambos os periódicos a lógica classificatória proposta pela OCDE é assumida com centralidade. Na verdade, os artigos jornalísticos vão ainda mais longe que o *ranking* de países e economias divulgado no relatório de cada edição do Pisa ao criar e divulgar outras comparações e hierarquizações.

Uma segunda semelhança é o fato que para além dos artigos que divulgam e/ou analisam os resultados da avaliação, com ênfase nos desempenhos do país em questão, há textos de opinião que ponderam acerca do excessivo otimismo quanto aos resultados, em um caso, ou excessivo pessimismo, no outro caso. Há críticas também sobre a própria legitimidade desse tipo de avaliação, ainda que esses sejam textos eventuais. Uma última semelhança notável é o fato que, com o passar do tempo, o Pisa passa a ser assumido como sinônimo de qualidade do ensino em debates sobre variados temas educacionais. Ou seja, raras são as discussões acerca do modo como essa avaliação é produzida e dos limites de validade dos resultados e das comparações feitas; o que prevalece é a reificação do Pisa, como referência credível supostamente capaz de evidenciar se a educação de um país é boa ou não.

É interessante observar, por outro lado, que o modo de apresentar os resultados difere nos dois jornais. Primeiro pela quantidade de artigos localizados no mesmo período. No jornal brasileiro há muito mais menções ao Pisa e, nos anos de divulgação dos resultados, a notícia se desdobra por vários artigos e em mais de um dia. No jornal canadense, a notícia é pontual, tendendo a se restringir a um único artigo perto do dia de divulgação do relatório pela OCDE e suscita menos debate em artigos de opinião nos dias seguintes ou em outros anos. Uma outra diferença importante diz respeito especificamente ao modo como os números aparecem em um e outro jornal. Ainda que ambos se refiram à posição dos países no *ranking*, na *Folha de S.Paulo* é recorrente a divulgação das notas do Brasil em cada prova e no geral, bem como das notas dos países mais bem posicionados e aqueles que obtiveram posição próxima à do Brasil. Vale notar que é raro que a divulgação das notas seja acompanhada da explicação do cálculo que resulta nessa pontuação e no significado estatístico das diferenças

em termos de pontos. Como o cálculo do Pisa está longe de ser de apreensão intuitiva, essa ausência abre margem a más interpretações pelos leitores, que tenderão a compreender essa pontuação a partir da experiência com as notas escolares, que seguem uma escala decimal.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à *accountability* baseada em testes estandardizados e rankings escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009.

DUMONT-BLANCHET, A. **Comment les médias ont analysé les propositions politiques et économiques pour surmonter la crise économique 2008-2009**: les cas de trois quotidiens montréalais, Le Journal de Montréal, La Presse et Le Devoir. Memoire de Maîtrise en Communication, Université du Quebec à Montréal, Montréal, 2012.

ELIAS, N. **O processo civilizador, volume 2**: Formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ESTEBAN, M. T. Silenciar a polissemia e invisibilizar os sujeitos: indagações ao discurso sobre a qualidade da educação. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 21, n. 1, p. 5-31, 2008.

GUÉRIN-PACE, F.; BLUM, A. L'illusion comparative. Les logiques d'élaboration et d'utilisation d'une enquête internationale sur l'illettrisme. **Population**, 54^e année, n. 2, p. 271-302, 1999.

KUHLMANN JUNIOR, M. **As grandes festas didáticas**: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922). Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MARTINS, L. C. dos P. História dos conceitos e conceitos na história: a imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político. In: C. S. M Domingos; A. Batistella; D. S. Angeli (Orgs.). **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 53-74.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de São Paulo (1921-1981)**. São Paulo: IMPRES, 1982.

OECD. **PISA 2009 results: what students know and can do** – Student performance in reading, mathematics and science (Volume 1), 2010.

OECD. **PISA 2015 – Results in focus**, 2018.

POPKEWITZ, T. PISA: numbers, standardizing conduct, and the alchemy of school subjects. In: M. A. Pereyra; H.-G. Kotthoff; R. Cowen (eds.). **PISA under examination**: changing knowledge, changing tests, and changing schools. Sense Publishers, 2011. p. 31-46.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (Jomtien, 1990). Paris: Unesco, 1998.

VEIGA, C. G. **Subalternidade e opressão sociorracial**: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Editora Unesp / SBHE, 2022.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: E. Lander (Ed). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 122-151.